

O emprego e o acordo UE-Mercosul

» JOSÉ PASTORE

Professor da Universidade de São Paulo e membro da Academia Paulista de Letras. É presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomércio-SP.

O Acordo União Europeia-Mercosul busca alavancar substancialmente as exportações entre os dois blocos. A estimulação de novos fluxos de comércio deve induzir a geração de novos postos de trabalho. Hoje, as exportações sustentam cerca de 850 mil empregos na União Europeia e 440 mil no Brasil. Isso tem chance de aumentar bastante. No caso do Brasil, a liberalização das exportações forçará as empresas a ganhar produtividade e competitividade. Mas, é claro, nada disso é automático. Para chegar lá, será necessário reduzir drasticamente o custo Brasil e eliminar inúmeros protecionismos que conspiram contra os ganhos de eficiência na produção da indústria, do comércio e dos serviços. Trata-se de um caminho longo e cheio de desafios.

Além dos seus impactos macroeconômicos, o Acordo UE-Mercosul tem o potencial para atrelar o Brasil a novo contexto geopolítico. Há vários meses, os países europeus vêm se movimentando para fazer acordos comerciais com a China, mesmo porque os chineses se tornaram particularmente interessados em expandir suas exportações para a União Europeia. Na expectativa de que esse relacionamento venha a avançar,

há grande chance de surgir um triângulo na geopolítica mundial: China — União Europeia — Mercosul. A demanda chinesa por produtos em que o Brasil tem vantagem comparativa é enorme e tende a aumentar mais como a de grãos e de proteína animal.

O que mais pesará na geração de emprego e trabalho futuros será, sem dúvida, a pressão por ganhos de eficiência da indústria, do comércio e dos serviços do Brasil que, até aqui, estiveram anestesiados pelo protecionismo que sempre dominou a economia brasileira. O setor do agronegócio está mais adiantado nesse campo, pois, há vários anos, vem conquistando recordes de produtividade e reconhecimento mundial. Mas ele pode avançar ainda mais, na medida em que os gargalos logísticos forem atacados, tais como, a melhoria das estradas, da armazenagem, dos portos e dos aeroportos.

Tudo isso demandará agilidade do governo para acelerar as concessões de obras de infraestrutura onde há enorme interesse dos investidores nacionais e estrangeiros. O Acordo UE-Mercosul exercerá saudável pressão para o governo reduzir a burocracia, simplificar os impostos, melhorar a segurança jurídica e, com isso, atrair investimentos para

criar oportunidades de emprego e trabalho.

Os ganhos de eficiência e o impacto sobre o emprego e trabalho serão graduais, pois assim será a redução de tarifas. Mas eles podem ser acelerados pela chegada de empresários estrangeiros que para cá trarão novas tecnologias da Europa. Do lado das empresas brasileiras, sobreviverão e crescerão as que, de fato, concentrarem esforços na melhoria da produtividade e da competitividade.

Ou seja, o Acordo UE-Mercosul submeterá a economia brasileira a dois fortes choques: um interno (redução do Custo Brasil) e outro externo (demanda de um mercado exigente). Essas forças ajudarão o Brasil a entrar na rota do crescimento econômico sustentável, capaz de gerar poupança voltada para os investimentos produtivos e facilitar a criação de emprego e trabalho.

É claro que todo tratamento de choque é doloroso e tem efeitos colaterais. Nesse processo, haverá ganhadores e perdedores assim como impactos criativos e destrutivos. Mas, historicamente, a abertura comercial tem sido mais benéfica do que maléfica na geração de empregos. O convite a maior eficiência está feito. Compete aos convidados dizer se querem ou não participar do jogo.